

CANAL DO IMBUÍ

Obras a todo

vapor

» Ingá nega embargo e a obra continua

Uma obra que não para, mas que tem reservado capítulos de uma longa novela. Essa é a situação do projeto de urbanização que está sendo realizado no canal do Rio Casão (das Pedras), no bairro do Imbuí. Paralelo a uma construção que já dura há oito meses, o Ingi - Instituto de Gestão das Águas e a Prefeitura ainda prometem travar uma batalha em relação à função e aos detalhes que envolvem a obra. Técnicos do Ingi, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema), foram ontem mais uma vitória no local. Uma reunião marcada para o próximo dia 04, às 14 horas, na sede do órgão, deve esclarecer o que tem sido feito e quais medidas a serem tomadas.

Foi visita à obra ontem, técnicos do órgão ambiental fotografaram e analisaram os materiais que terão os resultados apresentados posteriormente. Eles querem constatar o cumprimento das condições da outorga - espécie de critérios do Ingi que devem ser respeitados para a realização da obra. Após a confusão em torno do "embargo" que levou o governador Jaques Wagner a se pronunciar sobre o caso, o Ingi esclareceu ontem que apenas quer comprovações da Superintendência de

Conservação e Obras Públicas (Sucop), órgão da prefeitura, em relação à possibilidade de remoção das estruturas instaladas sobre as placas de cobertura do rio.

Além de o órgão estadual enviar uma nota à imprensa no final da noite de quinta-feira, negando a citação de embargo e informando que "a determinação de retirada dos quiosques, jardineiras e barracas construídas expedida anteriormente havia sido suspensa", o

diretor geral do Ingi, Júlio Rocha, declarou ontem que houve um equívoco em relação ao ato de advertência.

"A intervenção não deve significar a morte do rio. Queremos apenas garantir que a intervenção seja de caráter transitório, até que made a qualidade do rio e as coberturas possam ser retomadas", disse, justificando as condições exigidas pelo Ingi - como a cobertura temporária com a utilização de placas e equipamentos removíveis; a colocação de placas translúcidas - que permitam a passagem de luz; e a instalação de dispositivos eólicos, que permitam a troca de oxigênio entre o rio e a atmosfera.

Rocha defende que o Rio Casão, que está sendo coberto, tem capacidade de revitalização e por esse motivo existem as condicionantes que devem ser cumpridas pela Sucop, responsável pela obra. "O Ingi e uma comissão estão cuidando do rio, que tem sua nascente limpa. Em 1995 esse rio abastecia Salvador, que hoje tra água dos rios Paraguaçu e Joanes/Ipitanga para beber. Caso esse rio morra, vai ocorrer alterações no ciclo hidrológico de Salvador", enfatizou, lembrando que há um movimento de revitalização dos rios nas grandes metrópoles do Brasil e do mundo, a exemplo do Rio das Velhas, em Belo Horizonte (MG).

O vai-e-vem das informações

Na nota enviada pelo órgão, também é ressaltado que as condições das outorgas emitidas pelo Inga foram concedidas depois de uma discussão entre o próprio Instituto, a Prefeitura Municipal e a Casa Civil – governo do estado. “Na época foi autorizada a intervenção temporária, porque o órgão entende que a cobertura deve ser retirada assim que a qualidade das águas do rio melhorar com o tratamento de esgotos que já foi iniciado pelo governo do estado, possibilitando a mudança da outorga e dan-

do condição para a retirada das placas”. No entanto, mesmo destacando as exigências, o diretor geral do Inga ponderou ao dizer que os equipamentos que estão sendo instalados são importantes para o bairro. “A comunidade tem direito aos equipamentos. Não queremos acabar com isso”, enfatizou.

Sobre a vistoria dos técnicos à obra ontem, Júlio Rocha disse que o objetivo era o de conseguir um laudo atualizado. “Queremos saber se as condições – que não pertencem somente ao Inga – mas também

à Embasa, que faz o tratamento de esgoto, estão sendo respeitadas em relação ao projeto urbanístico e ambiental”.

Além da inspeção, o Inga enviou ontem uma solicitação oficial ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) para que a entidade também estude se os materiais utilizados na obra são removíveis. “O Inga não tem engenheiros, nem arquitetos que possam avaliar, por isso necessitamos de um laudo do CREA – órgão que também tem capacidade de fiscalização”, afirmou.



Moradores e comerciantes

Em meio a esse conflito entre os órgãos estadual e municipal, entre os moradores e comerciantes do bairro o clima é de incertezas. Muitos sonham que o projeto seja semelhante ao que foi implantado na Avenida Centenário e alguns demonstram preocupação entre o equilíbrio urbanístico e ambiental.

"Toda urbanização é para melhorar. Acho que vai ser benéfica para população, desde quando não afete o meio ambiente", disse o comerciante André Pereira, se referindo aos últimos fatos envolvendo a obra como 'briga política'. "Estamos esperando essa guerra acabar, pois não sabemos de nada", reiterou. Segundo ele, o ambiente ainda é de dúvidas, pois "eles dizem que vão relocar essas barracas daqui para o canteiro, mas não sabemos. A data prevista de inauguração da obra era dezembro e até agora nada", afirmou.

Para o ex-morador e servidor público Gustavo Viterbo, que hoje mora em Aracaju, mas visita o bairro sempre, a obra é interessante. "Mas, enquanto consumidor, eu não concordo com a mudança de local das barracas. O espaço vai ficar mais reduzido, o acesso e o estacionamento mais difíceis", ressaltou.

A dona de casa e moradora do local há vinte anos Maria José defende a obra. "No momento tem incomodado, mas o projeto tende a melhorar bastante a área. Os jovens, que são a maioria dos moradores, vão ter um espaço para lazer e atividade física", disse, destacando a expectativa de que a obra fique igual à da Centenário e de que o trânsito do bairro também seja melhorado.